

Política

Acos relaminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex (011) 44451 Mangels Empresa 100 Brasileira

AGENDA

CONSTITUINTE

Começa na quarta-feira o processo de aprovação do texto final da Carta

A ofensiva dos dissidentes do PMDB

O privilégio dos aliados

por Andrew Greenlees de Brasília

A partir desta quarta-feira inicia-se no plenário da Assembleia Nacional Constituinte o intrincado processo de votação do texto final da nova Carta. De forma geral, serão necessários 280 votos (são 559 parlamentares no total) para que uma emenda altere o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, enquanto o mesmo número será exigido para manter o texto. Os mecanismos para se chegar a estes resultados, no entanto, são bem complicados.

rido por um constituinte para emenda individual ou emenda popular; outro para alteração ou supressão de parte do "piloto", também requerido por um constituinte; e aquele para votação em separado, que necessita da assinatura de 187 parlamentares (um terço do plenário) para tomar forma de requerimento, que, por sua vez, deverá ser aprovado por 280 votos.

O segundo e o terceiro mecanismos de destaque serão os mais utilizados pelos estrategistas dos diversos blocos parlamentares dentro da Constituinte. O destaque para alteração ou supressão servirá para contrapor propostas ao texto aprovado (que, neste caso, poderá ser o do "Centrão"), já o destaque para votação em separado será solicitado pelo grupo que quiser forçar o adversário a manter a forma do "piloto". Assim, 280 votos, no primeiro caso, alteram o texto; no segundo, o mantêm, e, se não forem conseguidos neste momento, o tema em pauta ficará de fora da Constituição.

A fase seguinte, ainda dentro do capítulo, será votar, em bloco, as emendas que não foram objeto de requerimento de destaque. Aí, vale o parecer do relator Bernardo Cabral: os textos que foram por ele acolhidos não também para a nova Carta. A previsão, no entanto, é de que poucas propostas se encaixem neste caso, pois haverá grande número de pedidos de destaque (cada constituinte pode apresentar seis) e muitas emendas acabarão prejudicadas com a aprovação ou rejeição de outras correlatas.

Há três variedades de destaque: o simples, requ-

por Cecília Pires de Brasília

O grupo histórico do PMDB deflagra nesta segunda-feira uma ofensiva para buscar, junto aos governadores, apoio às duas principais teses que deverão defender na reunião do diretório nacional do partido: o rompimento com o governo e a fixação de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Os senadores José Richa, Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães e o deputado Pimenta da Veiga vão conversar com os governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e da Bahia, Waldyr Pires, para alertá-los de que, ao contrário do que pregou Ulysses Guimarães, ao tomar o rumo inverso, viajando na semana passada pelo Sul do País, o risco de dissidência no partido é maior do que seu presidente supõe.

"Se o presidente do partido continuar ignorando todos os movimentos internos do partido, ele pode tomar um susto", avisa o líder do Senado, senador Fernando Henrique Cardoso. "O que pretendemos é explicar o porquê de nossas posições e mostrar que há risco de dissidência", comentou. O grupo pretende conversar ainda com a maioria dos governadores.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, admite que o objetivo do contato que as lideranças do grupo "histó-

co" — denominação que Covas não aceita — terão com os governadores é para preparar a reunião do diretório nacional. O documento, pedindo sua convocação, deverá ser entregue nesta terça-feira ao deputado Ulysses Guimarães. Até que a reunião seja marcada, portanto, haverá tempo, segundo acredita Covas, para uma discussão com os governadores sobre a situação do País e a do próprio PMDB. Covas não admite, porém, falar em dissidência. Ele continua pregando, oficialmente, que se devam procurar soluções "dentro do leito do partido".

O que nenhuma liderança dos "históricos" acredita mais é numa recomposição do PMDB com o governo. "Este governo malufou", diz Fernando Henrique. "Houve um afastamento lento, gradual e seguro de Sarney do PMDB. O PMDB está muito longe e quem foi se afastando foi o governo. E o governo quem empurra o PMDB para fora", defende Covas. "O governo já rompeu com o PMDB faz tempo. Só o PMDB não sabe", concluiu o senador José Richa, tendo a mesma análise.

Quem não quer ouvir falar de rompimento com o governo, pelo menos por enquanto, é o deputado Ulysses Guimarães. "Estas decisões de maior profundidade só deverão ser tomadas depois de promulgada a nova Constituição", disse Ulysses Guimarães, como único comentário ao

movimento dos "históricos" pela saída do governo. A disputa por espaço dentro do PMDB e a busca de uma definição do partido diante da situação nacional será o pano de fundo da disputa pelo preenchimento da vaga do 3º secretário da executiva nacional. "O que está em jogo não é o lugar propriamente dito. O posto é apenas o símbolo de um braço de ferro", disse Fernando Henrique Cardoso. De um lado, os históricos sondam o senador José Richa para concorrer à vaga. De outro, sub-repticiamente, Ulysses trabalha pelo nome de Cid Carvalho. Richa ainda espera uma solução de unidade. "Eu trabalho para recompor o partido e não para dividi-lo". E não aceita, ainda, "considerar a hipótese de disputa".

Se os históricos forem para o confronto com a candidatura Richa, no entanto, e perderem, a dissidência estará selada, segundo admite o próprio senador paraense. "Por enquanto não quero analisar esta hipótese. Por que entrar na disputa se estou lutando pela recomposição do partido? Em caso de derrota, o grupo seria levado a deixar o PMDB", explicou o senador.

Na opinião de uma liderança dos "históricos", Ulysses Guimarães se equivocou quando menosprezou a reunião do grupo, no dia 9, acreditando que os parlamentares não estariam dispostos a levar o questionamento até as últi-

As reuniões ministeriais realizadas no Palácio da Alvorada, além de servir para a formulação de um programa administrativo até 1990, têm um objetivo vital para o presidente José Sarney: garantir aos 317 signatários da emenda Mateus Lensen, que fixa em cinco anos o mandato presidencial, prioridade absoluta no atendimento de seus pleitos junto aos ministérios. O presidente, de acordo com fonte do governo, determinou que os ministros se encarreguem de manter unido esse grupo de parlamentares.

A recomendação presidencial prevê ainda que esses parlamentares obtenham dividendos políticos nas suas regiões, aparecendo como os intermediários dos benefícios concedidos pelo governo federal a prefeituras e governos estaduais. Para auxiliar os ministros, o Palácio do Planalto, de acordo com a mesma fonte, já dispõe de minucioso levantamento dos interesses regionais e pessoais de cada um dos parlamentares

signatários da emenda Mateus Lensen, informou a Agência Globo. A estratégia do Palácio do Planalto é cuidadosa a ponto de estabelecer um processo seletivo na convocação dos ministros que comparecem ao Alvorada. Até agora, segundo o informante, foram excluídos do processo os ministros que politicamente teriam pouco a acrescentar, como os da Cultura, Celso Furtado, da Previdência, Renato Archer, da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, e das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Embora politicamente fortes, os ministros Renato Archer e Aureliano Chaves foram excluídos porque o governo não vê possibilidade de atrai-los para a estratégia. Ambos sustentam uma posição de equidistância do processo decisório constituinte. Por essa razão, a questão da inversão da pauta de votação, de forma a decidir prioritariamente o mandato e o sistema de governo, tornou-se secundária para o presidente José Sarney.

Cabral amplia opções na questão do petróleo

Decidida votação simultânea na definição do sistema de governo

O apoio dos empresários ao governo Pedro Simon

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O relator Bernardo Cabral ampliou o leque de opções aos constituintes que, até hoje, tinham apenas duas alternativas para decidir sobre a distribuição dos derivados de petróleo: ou aprovavam ou rejeitavam a proposta do projeto constitucional que considera essa distribuição monopólio da União.

550. Também foi acolhida a emenda do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que reduziu em um mês o recesso do Congresso Nacional — ao invés de iniciar o período legislativo em 1º de março de cada ano, o senador propõe o início dos trabalhos em 1º de fevereiro.

Cabral, mediante parecer favorável, também encaminhava ao plenário para votação a emenda do deputado Cunha Bueno (PDS-SP) propondo a realização de plebiscito em 7 de setembro de 1993 para definição sobre qual o regime de governo adequado ao País: se presidencialista, parlamentarista ou monarquia parlamentarista. Dois outros plebiscitos ainda foram aprovados. O previsto na emenda do senador José Richa (PMDB-PR) dispondo que após cinco anos de sua efetiva implantação poderá ser realizado um plebiscito para que a população se manifeste acerca do sistema parlamentarista e o do deputado Fernando Cunha (PMDB-GO) que deseja a opinião da população sobre o prosseguimento ou não do programa nuclear brasileiro.

Também receberam parecer favorável as seguintes emendas — do deputado Rodrigues Palma (PMDB-MT) criando o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste; do deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) criando incentivos fiscais para o norte fluminense, para os próximos dez anos; do deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) vedando a emissão de ações ao portador; de Ezio Ferreira (PFL-AM) criando uma comissão que promoverá as comemorações do Centenário da República; de Alceni Guerra (PFL-PR) criando a licença paternidade com duração de oito dias; do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e deputado Valmir Campelo, que permitem a expropriação de terras usadas para finalidade criminosa, como a plantação de produtos ilegais.

Coelho, o objetivo da sua proposta é assegurar ao trabalhador um ganho imediato no texto constitucional, no lugar de transferir a matéria para a legislação ordinária, como quer a liderança do PMDB. O deputado conversou hoje com um dos vice-líderes do seu partido, deputado Nelson Jobim — especialista em Direito Constitucional — que lhe garantiu apoio nas negociações que ele inicia na segunda-feira junto ao líder Mário Covas. Até o momento, Covas insiste na fórmula adotada pelo primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral que diz, apenas: "Garantia da relação de emprego garantida contra a demissão imotivada, nos termos da lei".

Uma tentativa de acordo

As restrições, surgidas no "Centrão" e na área empresarial, ao uso da expressão estabelecida na emenda do grupo acerca da questão da garantia de emprego contra a demissão imotivada estão levando as lideranças do "Centrão" a discutir a possibilidade de apoiar, em plenário, a emenda do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB/RJ), do "Centrão". O conteúdo das emendas é basicamente o mesmo, mas o texto de Ronaldo César Coelho explicita melhor a garantia da relação de emprego mediante indenização compensatória nos casos de demissão sem justa causa, noticiou a Agência Globo. Segundo Ronaldo César

por Andrew Greenlees de Brasília

Os defensores do sistema presidencialista de governo decidiram fundir algumas de suas principais emendas ao projeto da Comissão de Sistematização, que adotou o parlamentarismo. O objetivo dos presidencialistas é anular a argumentação dos adversários de que a proposta de alterar o atual projeto era incompleta, por tratar apenas do capítulo do Poder Executivo, deixando de lado o Poder Legislativo.

Desta forma, sustentaram parlamentaristas como o senador José Fogaça (PMDB-RS), a hipótese de aprovar o presidencialismo esbarraria num problema técnico: o Legislativo continuaria a operar nos moldes parlamentaristas, enquanto o Poder Executivo seria presidencialista. A reação foi imediata. Na sexta-feira, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-



Vivaldo Barbosa

RJ), um dos autores da emenda presidencialista (que recebeu 352 assinaturas), e o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que formulou emendas individuais para o Poder Legislativo dentro do presidencialismo, levaram ao presidente da Consti-

tuinente, deputado Ulysses Guimarães, o texto resultante da fusão das propostas. "Eliminamos o problema, que era superficial", disse Vivaldo. De fato, as emendas de Ferreira Lima poderiam ser votadas depois do texto presidencialista principal. Agora, a votação será simultânea.

Vivaldo Barbosa disse estar convencido de que o presidencialismo será adotado pelo plenário e fez as contas: "Das 352 assinaturas, a emenda presidencialista, levantei o nome de 21 parlamentaristas, que assinaram por cortesia; das 341 assinaturas à emenda parlamentarista, encontrei 85 presidencialistas".

Após a entrega da emenda, Ulysses reafirmou sua defesa do sistema presidencialista com o Congresso fortalecido, com maior poder de fiscalização. O texto presidencialista, aliás, inclui a possibilidade da moção de censura a ministros, aprovada por dois

terços da Câmara dos Deputados.

O parlamentarista José Fogaça considera a disputa entre os dois sistemas bastante equilibrada, dentro da Constituinte. E vê nisso um risco, caso a forma de governo escolhida não consiga ampliar seu apoio político. Fogaça — que é relator-adjunto da Constituinte — lembra que o projeto prevê a intocabilidade do sistema por um prazo de cinco anos, durante os quais ele espera assistir a um "processo sucessivo de aceitação" dos derrotados diante da tese vitoriosa.

O relator Bernardo Cabral deu parecer favorável a uma emenda que institui o plebiscito sobre o sistema de governo em 1993. Até lá, explica Fogaça, a população terá oportunidade de formar uma opinião sobre o tema, tendo convívio com a definição do plenário. O plebiscito, no entanto, depende ainda dos votos dos constituintes.

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O escritório de consultoria do ex-ministro João Sayad, em São Paulo, está elaborando um estudo sobre o desempenho da economia gaúcha e o funcionamento da máquina administrativa do estado nos últimos cinquenta anos. O trabalho foi contratado por um grupo formado pelos cinquenta maiores industriais gaúchos, que encaminharão também sugestões e caminhos para resolver os graves problemas econômico-sociais que o estado enfrenta. Quando estiver pronto, ele será entregue ao governador Pedro Simon, como um plano de governo.

Em reuniões regularmente realizadas na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERSGS), os cinquenta empresários — chamados "o PIB gaúcho", pelo volume do patrimônio que possuem — resolveram tornar concreta a ajuda ao governo do estado. A ideia foi apresentada ao governador durante jantar realizado na casa de um dos empresários. Pedro Simon aceitou imediatamente.

Em novembro passado, foi contratado por 25 mil OTN (CZ\$ 15 milhões, hoje) o escritório do ex-ministro João Sayad. Uma parte foi paga no ato da assinatura do contrato, o restante está sendo pago em seis prestações mensais. O trabalho deverá estar concluído em maio, quando será levado ao governador. "E uma colaboração", disse na sexta-feira a este jornal o empresário Gerhard Theisen, um dos integrantes do grupo e vice-presidente da FIERSGS. "Notando as dificuldades do governador, resolvemos ajudá-lo. Não queremos substituir o governo e nem tomar o lugar de nenhum setor da equipe dele, mas apenas ajudar", enfatizou.

Já o empresário José Zamprogna, presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul, acha que a iniciativa do grupo empresarial deve repercutir a nível de administração pu-

blica: "Estamos pagando por um serviço a ser prestado ao governo. E muito importante que o governo siga esse plano que vamos examinar; do contrário, vai continuar com problemas, sem tirar o estado da crise em que se encontra". E completou: "E a nossa contribuição. Se o governador quiser aceitar, ótimo. Se não, ele que se vire sozinho".

Mas, a julgar pelo que disse o governador com a divulgação da iniciativa dos empresários, só agora revelada, o governo está bem receptivo: "Já ficou para trás o tempo em que se governava com as portas fechadas, entre meia dúzia de técnicos. Esse é um governo democrático e participativo. Aceitamos muito bem a colaboração de todos".

Mas, ao menos para os partidos de oposição, a postura do governador Pedro Simon revela desconfiança na sua equipe de trabalho. "O governo não acredita na sua equipe econômica? Para que serve a Secretaria de Planejamento?", provoca o líder do PDS na Assembleia Legislativa, deputado Jarbas Lima. "Será que é preciso vir alguém de fora para diagnosticar nossos problemas e apontar soluções?", indaga o presidente da Comissão de Economia da Assembleia Legislativa, deputado Porfírio Peixoto, do PDT. O secretário de Coordenação e Planejamento, Cláudio Accurso, mantém a linha do governador, e não se deixa envolver pela polêmica: "É muito comum o próprio governo buscar apoio e consultoria em equipes que não pertencem ao governo. Eu mesmo, antes de estar no governo, era procurado por órgãos oficiais para opinar e dar sugestões", disse a este jornal. "A contribuição será muito bem vinda. Se o ex-ministro João Sayad repetir o que nossa equipe já disse, melhor para os economistas gaúchos. Se apontar erros que não descobrimos, vamos ter humildade e partir para a correção dos problemas", disse ele.

A união das empresas

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O grupo que está oferecendo ajuda ao governador Pedro Simon é conhecido como "o PIB gaúcho", porque é formado pelos cinquenta empresários de maior patrimônio no estado. A lista inclui os nomes de maior peso na economia gaúcha, como Jorge Gerdau Johannpeter — grupo Gerdau, a maior empresa siderúrgica privada do País —, Erico Ribeiro — Cooperativa Extremo-Sul, o maior produtor de arroz da América Latina —, Ernane Reuter — Calçados Reichert, o maior exportador brasileiro de calçados —, Paulo Vellinho — grupo Springer Vellin, presidente em exercício da Abinee —, Luis Carlos Mandelli — presidente da Federação

das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul —, Enio Schein — presidente da Associação de Indústrias do Calçado do Estado —, José Zamprogna — presidente da Associação do Aço. Ainda fazem parte do grupo os diretores-presidentes ou presidentes de conselho dos seguintes grupos ou empresas: Grupo Ipiranga S.A. (Rio Grande), Agrale S.A., Matco Polo S.A., Randon S.A. (Caxias do Sul), Florense S.A. (Flores da Cunha), Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados — Ciacade (Bagé), Fasolo S.A. (Bento Gonçalves), Riocell S.A. (Guaíba), Zivi Hercules S.A. e Sultepa S.A. (Porto Alegre), Trafo S.A. (Canoas), HP Indústrias de Conservas (Pelotas), entre outras.

por Paulo de Alencar de Salvador

Tendo como palco o moderno Palácio Thomé de Souza, que abriga a sede do Poder Executivo municipal da capital baiana, e como cenário o azul do mar da baía de Todos os Santos, dois antigos correligionários que o tempo e o pragmatismo da política trataram de separar, unir e afastar, voltaram, na sexta-feira, a sentar juntos à mesma Mesa, publicamente, depois de um longo período de distância.

Francisco Waldyr Pires de Souza, governador da Bahia, que aprova a tese de quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, e Luiz Humberto Prisco Viana, ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, fiel escudeiro do mesmo Sarney na batalha pelos cinco anos, tinham ao menos uma razão para trocarem cumprimentos diante dos políticos reunidos no gabinete do prefeito Mário Kertész, esquecendo, momentaneamente, as divergências.

Tratava-se de prestigiar a assinatura de convênio, pelo qual a União transfere aos cofres municipais, cerca de 2,5 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), ou seja, CZ\$ 1,49 bilhão, para serem usados na recuperação do centro histórico de Salvador, uma das obras de maior alcance da administração de Kertész. Num ano de eleição municipal, a prudência recomenda aos dois políticos não se afastarem do prefeito, um grande eleitor da capital, pelo menos por enquanto.

Poucas horas depois, uma outra solidiedade — a realização de um encontro regional preparatório para o Simpósio Nacional de Desenvolvimento Urbano — permitiu que Pires e Prisco Viana partilhassem da mesma Mesa, no luxuoso Hotel Meridien. Depois que o baiano de Calititi assumiu

O documento de Cardoso

por Yves Léon Winandy de Belo Horizonte

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, está preparando um documento a ser apresentado na próxima reunião de governadores por ele convocada para o dia 29 deste mês em Montes Claros, norte de Minas. A informação foi prestada por ele mesmo, na sexta-feira pela manhã, em Belo Horizonte, pouco antes de embarcar para Brasília.

"É com relação à Constituinte", afirmou, ao ser indagado a respeito do conteúdo do trabalho. A expectativa é de que o documento venha a ser subscrito por todos os governadores presentes ao encontro.

Durante o entristado de sexta-feira, Cardoso informou considerar que a reunião do dia 29 deverá ser "muito boa", apesar de, disse, "alguns" governadores já terem informado que não poderão comparecer. "Uns estão viajando para o exterior, como o de Mato Grosso do Sul, e outros vão mandar vice-governadores", explicou.

Os presidentes dos diretórios regionais do PMDB reunem-se em Salvador, como relata o repórter Paulo de Alencar, neste fim de semana, para discutir o papel do partido após a promulgação da nova Constituição, diante da perspectiva de eleições em todos os municípios do País. "Com o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o PMDB deve perder a característica de frente e consequentemente

tem de preparar-se para ser um partido", explica o deputado federal Genebaldo Correia, presidente do PMDB da Bahia. No encontro, os dirigentes regionais vão sugerir à executiva nacional a criação de um grupo de trabalho para efetuar a reformulação dos estatutos e programa do partido. "Muitos itens do programa atual já estão superados, como a convocação da Constituinte, eleições diretas em todos os níveis e anistia", comenta.

Dessa forma, de acordo com Correia, parlamentar que ingressou na política pelo extinto Arena, o PMDB deve assumir a sua vocação de "centro-esquerda, dentro da linha da social-democracia", e definir-se quanto a aspectos da vida nacional como dívida externa, reforma agrária, distribuição de renda, entre outros. "Precisamos de um programa para quando chegarmos ao governo", ressaltou Correia, defensor de um mandato presidencial de quatro anos.

Correia prega, também, a necessidade de reformar os estatutos do partido, para adequá-los às novas determinações de organização partidária formuladas no âmbito da Constituinte. "Com isso as agremiações terão mais autonomia, já que ficarão livres da Lei Orgânica dos Partidos", observa. Com as modificações nos estatutos e programa, Correia prevê que muitos correntes que hoje se obrigam ao PMDB deverão abandonar a legenda.

cretário de estado para reapresentá-lo. Pouco depois, houve uma tentativa de reaproximação, costurada por um empresário local, que terminou num encontro no Palácio de Ondina, residência oficial do governador. Intercalando goles de água de coco, os

companheiros da coligação "a Bahia Vai Mudar", vitoriosos em 1986, trocaram ideias e declarações afetuosas que, mais uma vez, o tempo e as conveniências políticas de cada um se incumbiram de arrefecer.

Pires manteve inalterada a sua disposição de convencer a bancada pemedebista na Assembleia Nacional Constituinte a reduzir em mais um ano o mandato que o próprio presidente já havia encurtado. Como consequência do seu ato, ele chegou a se queixar de retaliações contra seu governo vindas do Palácio do Planalto. Um dos exemplos práticos dessas medidas, segundo Pires, seria a não federalização da dívida do complexo hidrelétrico de Pedra do Cavalo, construído no Governo João Durval Carneiro (1983-1987), que até agora não gerou um quilowatt.

Para agravar a crise no relacionamento entre os dois, Pires assistiu, com indistância inquietude, a reaproximação de Prisco Viana a um antigo inimigo político de ambos, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Agora colegas no Ministério, eles marcham unidos para tentar garantir os cinco anos ao presidente Sarney. Divergindo sobre a extensão do mandato presidencial, Pires e Prisco Viana, têm motivos de sobra para se aliarem com vistas às próximas eleições para governador. O ex-secretário-geral da antiga Arena, no tempo em que o presidente Sarney presidia o partido, precisa do apoio político de Pires se quiser disputar, pelo PMDB, a indicação para ocupar o Palácio de Ondina. Caso contrário, poderá ter outra legenda, PFL ou PTB, assegurada por Antônio Carlos Magalhães, contra Pires. Para o governador baiano, Prisco é um importante aliado na sua luta contra o ministro das Comunicações.